



Prefeitura Municipal de Carmo do Paranaíba

CNPJ 18.602.029/0001-09

Pça. Misael Luiz de Carvalho, 84 PABX: (034) 3851-9800

CEP: 38840-000 – CARMO DO PARANAÍBA – MG

MENSAGEM DE VETO Nº 07, DE 17 DE MAIO DE 2023.

Senhor Presidente da Câmara Municipal,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do art. 80, § 1º e art. 88, VIII, da Lei Orgânica Municipal, e após ouvida a Procuradoria-Geral do Município de Carmo do Paranaíba, decidi **vetar integralmente** a Proposição de Lei nº 941 de 2023, que *“Institui a Semana Municipal de Conscientização do Autismo, a Carteira de Identificação da Pessoa com Deficiência (CIPCD) e o uso do colar de girassol como instrumento auxiliar de orientação para a identificação das pessoas com TEA, no âmbito do Município de Carmo do Paranaíba (MG).”*

Inicialmente há de parabenizar o Legislativo Municipal pela apresentação da presente proposição de Lei 941/2023, pois a semana da Conscientização do Autismo será de grande relevância para esclarecimento e elucidação para toda população carmense sobre o tema. Porém há de se considerar que a presente Proposição de Lei Nº 941/2023 fere os mandamentos do ordenamento jurídico, o que justifica o veto ora posto e o envio de Projeto Substitutivo.

A Proposição de Lei cria um aumento de despesas do orçamento vigente ao incluir o Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) e compromete recursos, sem indicar propriamente a fonte dos recursos orçamentários (dotações orçamentárias), eis que tal iniciativa é de caráter Privativo do Prefeito, nos termos do artigo 76, da Lei Orgânica do Município de Carmo do Paranaíba, *in verbis*:

Art. 76. São de iniciativa privativa do Prefeito Municipal as Leis que disponham sobre:

(...)

IV - organização administrativa, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e de pessoal da administração;

(...)

Isto porque o início de programas e projetos devem estar inseridos na Lei Orçamentária Anual e seu impacto orçamentário deve ser devidamente previsto com recursos disponíveis para os novos encargos assumidos, sob pena de indevido aumento da despesa pública.



Prefeitura Municipal de Carmo do Paranaíba

CNPJ 18.602.029/0001-09

Pça. Misael Luiz de Carvalho, 84 PABX: (034) 3851-9800

CEP: 38840-000 – CARMO DO PARANAÍBA – MG

Verifica-se ainda, que a Proposição ora apresentada desconsiderou os mandamentos da Lei 13.146/2015 – Estatuto da Pessoa com Deficiência – que em seu Art. 2º define a pessoa com deficiência da seguinte maneira:

“Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.”

Deste modo, verifico que a presente Proposição de Lei, confronta diretamente o Estatuto da Pessoa com Deficiência, pois, o referido Estatuto não inclui Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) na definição de pessoa com deficiência. O TDAH não é assim considerado, pois não é incapacitante.

Conforme a Lei 12.764 de 2012 que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, define explicitamente que o Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma deficiência, conforme se segue:

“...Art. 1º Esta Lei institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e estabelece diretrizes para sua consecução.

§ 1º Para os efeitos desta Lei, é considerada pessoa com transtorno do espectro autista aquela portadora de síndrome clínica caracterizada na forma dos seguintes incisos I ou II:

I - deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento;

II - padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos.

§ 2º A pessoa com transtorno do espectro autista é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais...”



Prefeitura Municipal de Carmo do Paranaíba

CNPJ 18.602.029/0001-09

Pça. Misael Luiz de Carvalho, 84 PABX: (034) 3851-9800

CEP: 38840-000 – CARMO DO PARANAÍBA – MG

Não podendo, assim, o TEA e o TDAH serem classificados no mesmo grupo, pois diferem, na medida em que o primeiro é uma deficiência e o segundo uma disfunção, assim como a Dislexia, a Discalculia e outros transtornos não incapacitantes.

Assim, o TDAH não é considerado uma deficiência pelo fato de não ser incapacitante, de modo que fique claro que a incompatibilidade legal entre a pessoa com deficiência e a pessoa com TDAH, o que é muito importante de ficar ressaltado pois muitas pessoas possuem dúvidas especialmente acerca da disponibilização de cotas em vestibulares e outros concursos públicos, que poderão ser considerados futuramente com a sanção desta lei, com o risco de causar um desequilíbrio socioeconômico.

Além do mais, a proposição de lei ora vetada integralmente possui vício de iniciativa pois fere o artigo 67, da Lei Orgânica do Município, que não está previsto nos incisos deste artigo, e, portanto, o vereador agiu com ingerência sobre o Poder Executivo, não respeitando a independência do poderes ao criar despesa para o Poder Executivo, sem a previsão orçamentária na LOA respectiva.

Assim, por restar a Proposição de Lei nº 941 de 27 de abril de 2023 flagrantemente contra preceitos e mandamentos legais, não resta alternativa senão vetar o presente projeto de lei integralmente e enviar este projeto substitutivo, já que os preceitos não permitem convalidar tal vício, ainda que ocorra a sanção.

Feitas estas considerações e evidenciadas a ilegalidade da referida proposição de lei é cabível, por meio do veto integral ora apresentado, propiciar a esse Egrégio Poder Legislativo a oportunidade de votar o projeto de lei substitutivo, que encaminha-se e submete-se à elevada apreciação dos Senhores Membros da Câmara Municipal de Carmo do Paranaíba/MG.

Carmo do Paranaíba, 17 maio de 2023.

CÉSAR CAETANO DE ALMEIDA FILHO
Prefeito de Carmo do Paranaíba – MG